

Dimensão humana e sustentabilidade em redes sociais: o desenvolvimento local em questão¹

Human dimension and sustainability at social nets: the local development in question

Joe Graeff Filho²
Heitor Romero Marques³
Josemar de Campos Maciel⁴

¹ Trabalho produzido no contexto de seminários integradores, vinculados ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidade da Universidade Católica Dom Bosco, 2011.

² Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN); especialista em Direito das Obrigações (UNIGRAN); advogado; professor do Curso de Direito (UNIGRAN); mestrando em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). *E-mail: joe@unigran.br*

³ Licenciado em Ciências e Pedagogia (FUCMT); especialista em Filosofia e História da Educação; mestre em Educação – Formação de Professores (UCDB) e doutor em Desarrollo Local y Planteamiento territorial (Complutense de Madri); professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade, de cursos de pós-graduação *lato sensu* e das licenciaturas e bacharelados da UCDB. *E-mail: heiroma@ucdb.br*

⁴ Licenciado em Filosofia (FUCMT); bacharel em Teologia (PUG/Roma); mestre em Teologia Sistemática (PUG/Roma); mestre em Psicologia Social e da Saúde (UCDB); doutor em Psicologia Clínica (PUC/Campinas); professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade, de cursos de pós-graduação *lato sensu* e das licenciaturas e bacharelados da UCDB. *E-mail: maciel50334@yahoo.com.br*

RESUMO ABSTRACT

A dimensão humana requer uma reflexão quanto ao ser em sua individualidade para conhecer as desigualdades entre os homens. As necessidades humanas nesse sentido condicionam a vida em sociedade sendo imutáveis ou construídas pelo meio. Devido ao processo de globalização o homem está sendo deixado à margem do processo, sendo difícil uma transformação da situação atual. Diversos seguimentos têm buscado reverter a ideia de globalização marcada pelo lucro, desenvolvendo tecnologia contrária à mercantilização, com sua transferência. Uma comunidade que discute seus caminhos e busca se desenvolver passa necessariamente pela análise de instrumentos que a torne capaz de construir relações com bases firmes para defender sua cultura. Pensar em sustentabilidade é pensar em responsabilidade fator motriz do desenvolvimento. As facilidades criadas pelas redes virtuais podem mudar seu fluxo visto que não são dogmas, cabendo então às redes sociais locais mudarem sua função de meros espectadores que consomem tecnologia.

The dimension human being requires a reflection how much to the being in its individuality to know the inequalities between the men. The necessities human beings in this direction condition the life in society being invariant or constructed by the way. Had to the globalization process the man a transformation of the current situation is being left the edge of the process being difficult. Diverse pursuings have searched to revert to the idea of globalization marked for the profit, being developed contrary technology the mercantilization, with its transference. A community that argues its ways and searches if to develop passes necessarily for the analysis of instruments that becomes capable to construct it relations with firm bases to defend its culture. To think about sustentabilidade is to think about responsibility motor factor of the development. The easinesses created for the virtual nets can change its flow since they are not dogmas, fitting then to the local social nets to change its function of mere spectators who consume technology.

PALAVRAS-CHAVE KEY WORDS

dimensão humana
sustentabilidade
redes sociais

*dimension social human being
sustentabilidade
nets*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é fruto do labor de pesquisa e reflexão acerca das questões relacionadas às redes sociais, tema há muito tempo debatido, mas que ainda comporta questionamentos. Nesse diapasão, visando não pecar pela abrangência ou prolixidade, o tema foi delimitado a fim de discutir sobre as redes sociais, propondo-se o seguinte questionamento: **qual a relevância das relações entre a dimensão humana e sustentabilidade em redes sociais do ponto de vista do desenvolvimento local?**

Diante do problema de pesquisa, o grupo de estudo estabeleceu como objetivo: entender a relevância da dimensão humana e sua sustentabilidade nas redes sociais para verificar sua interface com o desenvolvimento local.

Vislumbrando-se as diversas vias metodológicas para elaboração da pesquisa, julgou-se mais adequado adotar a revisão bibliográfica, perseguindo a generalidade do tema, definindo com maior propriedade o recorte teórico. Os aspectos sócio-culturais têm papel de relevância no presente estudo, pois, nessa seara se entende apropriado identificar a questão do desenvolvimento local.

1 ENTENDENDO A DIMENSÃO HUMANA

A abordagem temática da dimensão humana requer de início uma reflexão quanto ao ser em sua individualidade, para posteriormente mensurar suas variáveis a fim de melhor compreendê-la. Com esse olhar Rousseau (1999, p. 149) abre seu discurso sobre a desigualdade entre os homens em que pergunta e ao mesmo tempo responde “[...] como conhecer a fonte da desigualdade entre os homens se não começar por conhecer a eles mesmos? [...]”

Por certo, tal enfoque é amargo até mesmo para grandes pensadores, considerados os pais da sociologia como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber diante de suas concepções sobre o homem na sociedade, pois, respectivamente o primeiro vinculava seu pensamento na harmonia da sociedade, o segundo defendia a transformação e quebra de paradigmas e o terceiro pensava nos sentidos e rumos que a sociedade poderia ter (MOURÃO, 2010).

Cada ser humano é único e complexo, construído a partir do racional e do irracional, do material e do imaterial. Encontra sua existência determinada pelas verdades formadas pelo que pode ver e tocar como no caso de Tomé, discípulo de Jesus Cristo, retratado no Evangelho segundo João: capítulo 20, versículos 25-29. Essa mesma construção do humano também se dá pelas representações sociais a partir das crenças nos mitos e no que não se vê.

Pode-se dizer que o ser humano tem sua dimensão intrínseca a partir daquilo que aceita e conhece como verdade. Do diálogo de Sócrates com Glauco, retratado no mito da caverna, inserido no livro *A República* (PLATÃO, 1997) percebe-se que a dimensão da realidade humana advém do que é vivificado pelo homem no ambiente em que habita. Nesse local, sombras e luzes constituem o paradoxo da realidade da existência humana, encontram-se ali toda grandeza e pequenez que se replica na história da humanidade.

O conhecer a si mesmo envolve a necessária reflexão quanto aos conceitos que construíram a personalidade. As verdades não são absolutas, mas permanecem plenas até que seja lançada luz sobre suas sombras e ocorra a criação de uma nova realidade, que somente será compreendida por quem a viver. Há uma incessante busca para se saber quem é o homem em sua essência. Nesse diapasão, por mais que se busque regredir, a fim de se encontrar a essência da natureza humana, desvinculada dos vícios e paixões, enquanto fatores determinantes da construção do humano, mais se depara com a influência que lhe é externa.

Rousseau (1999), visando atingir esse desiderato, encontrou o conceito do homem natural no momento que antecede a razão, qual seja o “bem-estar próprio” no sentido de resguardar a própria vida. Para Rousseau a dimensão humana intrínseca é concebida na irracionalidade do homem, nesse instante ele é natural, original. A partir desse ponto o homem se torna racional e não pode ser mais separado do meio. Nesse sentir Rousseau aponta que o homem é essencialmente bom, sendo corrompido pela sociedade na qual está inserido.

O propósito de Rousseau é contrário ao de Hobbes (1998, p. 25), em que se percebe a defesa de que o estado de irracionalidade não existe, sendo o homem em sua essência apto naturalmente à

sociedade desde seu nascimento, tendo suas relações mantidas pela necessidade de troca. Ao contrário do que defende Rousseau, Hobbes vê no homem a necessidade de agredir seu semelhante para conquistar algo, seja poder, alimento, honra ou glória e não apenas no estado irracional de defesa e sentimento, mas, para suprir suas necessidades que vão além do primitivo.

Nesse complexo cenário filosófico as necessidades humanas irracionais ou racionais condicionam a vida em sociedade e projetam naturalmente a busca pela satisfação dessas necessidades e o homem inserido no contexto social passa a sofrer a influência dos demais entes que com ele convivem.

As necessidades humanas são fundamentais ou criadas pelo meio. As primeiras representam o que de necessário o ser humano precisa para sobreviver com dignidade e representam os direitos e garantias Constitucionais presentes no Título II da Constituição Federal do Brasil de 1988, em particular os capítulos I e II desse título que tratam dos direitos e deveres individuais e coletivos, bem como dos direitos sociais do cidadão. Destacam-se a título de exemplificação o direito à vida digna, à saúde, educação, ao lazer, ao trabalho e à liberdade do corpo, religião e pensamento.

Alinhado com o que estabelece a Constituição brasileira se percebe que Elizalde (2000, p. 52) preconiza a existência de nove necessidades humanas fundamentais imutáveis, sejam elas materiais ou imateriais, quais sejam: “subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade.” As segundas são criadas pela máquina desenvolvimentista que promove desejos no ser para que não se viva à margem das inovações, mesmo que tais bens não lhe sejam fundamentais para viver. Tais necessidades se encontram fora do âmbito fundamental e estão aliadas à ideia de crescimento, em que mesmo não sendo “necessárias” passam a integrar o âmbito de aspirações do ser humano que não deseja ver-se à margem das inovações. Exemplo claro disso são as inovações no campo da informática.

Todos os dias são lançados no mercado diversos equipamentos a princípio desnecessários para a vida digna do homem. Porém, com o convencimento promocional cria-se a necessidade de aquisição do

que há de mais novo, mesmo que o produto não acrescente nada de útil ao desenvolvimento da vida, a exemplo de aparelhos celulares, computadores com mais memória e programas que permitem ações que o usuário nunca vai precisar. Tudo isso tem fonte em um mercantilismo exacerbado, cujo objetivo é somente o lucro como característica fundamental da globalização que via de regra, não melhora a qualidade de vida do ser humano. Nesse sentido, Santos (2004, p. 17-8) afirma que o ser humano vive em uma era de fábulas tecnológicas ou de perversidade, diante da justificativa da necessária globalização do conhecimento e da informação que nada mais representam do que “produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal”.

O processo exógeno da criação de necessidades imaginárias encontra no ego do ser humano seu campo fértil de implantação, porque poucos são os que produzem conhecimento e muitos são os que se ludibriam com os inventos. O ego, vício humano intrínseco, mantém viva a necessidade de exercer o poder, seja de comando, de compra, de superioridade, de auto-afirmação em relação aos demais membros de uma determinada comunidade. Por isso, enquanto o ser humano não despertar para sua essência, será sempre vítima inconsciente do mercado.

Devido ao processo avassalador da era da globalização é possível afirmar que é muito difícil uma transformação da situação atual, para voltar o centro das ações para o ser humano. Nesse sentido, Santos (2004, p. 147) enfatiza que devido à “[...] prevalência do dinheiro em estado puro como motor primeiro e último das ações, o homem acaba por ser considerado um elemento residual”. Para tanto, é necessário erguer os olhos para que a sociedade também não se torne um resíduo. O desafio está em equilibrar as forças da máquina tecnológica que não está a serviço do homem e sim do capitalismo.

Necessário se valer das concepções de responsabilidade do penalista¹ argentino Eugenio Raúl Zaffaroni ao que chama de cocul-

¹ Nota dos autores: Penalista é o jurista que estuda e/ou exerce as ciências penais.

pabilidade², representada pelo fato de que cada pessoa ao agir com autodeterminação recebe influência direta do meio. Zaffaroni (2011, p. 528) afirma que “Em sua própria personalidade há uma contribuição para esse âmbito de autodeterminação, posto que a sociedade por melhor organizada que seja nunca tem a possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades”. Percebe-se que a sociedade finda por ser responsável pelo cenário que ela mesma coloca à margem do conhecimento tecnológico, tendo que sobreviver como escrava da sua própria criação.

No contexto acima descrito, se alguns são privilegiados com maior possibilidade de autodeterminação devem se erguer contra o monopólio mercantilista para propiciar equilíbrio e oportunidade de escolha aos menos favorecidos, para trazer o homem ao centro, em vista do atendimento de suas das necessidades, que em última instância deve representar a razão de todo esforço humano. Diversos seguimentos têm buscado reverter a ideia de globalização marcada pelo lucro, buscando desenvolver tecnologia que auxilie o homem e não seja mera mercantilização, mas transferência de tecnologia criada por ela própria e que está a seu serviço. Exemplo disso é o sistema Debian Linux.

O sistema Linux é um sistema operacional para computadores, criado para ser gratuito, pois seu criador, Linus Torvalds, não possuía vontade de ganhar dinheiro com seus inventos, mas sim criar um sistema para uso próprio e para tanto adotou um estilo de ajuda mútua entre alguns pesquisadores interessados, em que cada um, pelo simples prazer de aperfeiçoar o sistema, passou a desenvolver de forma gratuita o sistema e na troca que faziam iam tendo a cada momento um sistema operacional mais aperfeiçoado (ALECRIM, 2003).

O sistema Debian Linux mantém o mesmo ideário do Linux antigo, porém, “Ao invés de ser desenvolvido por uma ou um grupo isolado de pessoas, como outras distribuições de Linux foram, o Debian está sendo desenvolvido abertamente, no espírito do Linux e da GNU”³, ou seja, uma

² “Tem-se afirmado que este conceito de coculpabilidade é uma idéia introduzida pelo direito penal socialista. Crê-se que a coculpabilidade é herdeira do pensamento de Marat, e, hoje, faz parte da ordem jurídica de todo Estado Social de Direito, que reconhece direitos econômicos e sociais” (ZAFFARONI, 2011).

³ GNU – Licença Pública Geral.

nova forma de distribuição do sistema que seja global, tentando assim, a criação de uma distribuição que não seja comercial, mas que se torne capaz de competir eficazmente no mercado (MURDOCK, 1994).

Distribuição não comercial não quer dizer que seja gratuito, mas, que sua tecnologia seja disponível a todos e que cada usuário possa contribuir em inovações de acordo com suas necessidades, criando caminhos para escapar do mercado escravizado das grandes potências da informática mundial que não têm as necessidades do ser humano como centro e sim o fator econômico.

Verifica-se que por mais possível que seja imaginar o fator intrínseco da dimensão humana ela estará e será inserida no contexto das necessidades: fragilidades e potencialidade e as relações que desenvolve no tempo, lugar e espaço. Nesse sentido, as necessidades humanas estão inseridas no sistema de desenvolvimento, representando elas próprias um subsistema que se interliga às satisfações humanas e aos bens que saciam essas satisfações e que se afetam mutuamente (ELIZALDE, 2000).

Necessário, aqui, adentrar em mais alguns aspectos da dimensão humana, partindo da premissa de que o homem, do ponto de vista do desenvolvimento local deve ser colocado no centro. O local aqui tem o sentido de espaço, em que o ser humano desenvolve suas técnicas, manifesta suas crenças e culturas, criando um sistema complexo de manifestações objetivas e subjetivas, as quais se tornam inseparáveis, ambiente em que se dá a construção da história (SANTOS, 1994). Nesse viés, implica dizer que o homem constrói e transforma o espaço ininterruptamente, pois, suas inovações e manifestações são sempre obras do passado que dirigem o futuro, entendendo o tempo presente como uma mera e instantânea passagem em constante modificação. Santos (1994, p. 42) confirma essa aceção ao afirmar que: “Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas”. Elias (2002, p. 4) ao citar Milton Santos destaca a importância de que “o espaço seja estudado não somente na sua forma mas também na sua estrutura, no seu processo e na sua função”.

Na atualidade o cidadão é tratado como usuário de um sistema que demonstra a vitória do consumismo que manda no território com

a criação de símbolos corporativos que funcionam como entorpecentes de massa e produzem uma regressão de valores e de identidade de um povo alienado (ELIAS, 2002). Reverter esse quadro, com o propósito de valorizar o humano em toda sua dimensão, passa necessariamente pelo resgate da função que a pessoa possui no espaço que ocupa. Para tanto é preciso compreender que o local é ativo e pode ser transformado a partir das necessidades próprias do ser humano, em que atinge a função de protagonista que compreende melhor do que ninguém o lugar em que vive, “ou seja, alguns sistemas territoriais de produção são capazes de se desenvolver sem necessariamente depender da redistribuição do crescimento econômico a partir das regiões mais urbanizadas e/ou industrializadas” (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNANDEZ, 2004) desde que o faça com sustentabilidade. Compreendendo a dimensão humana por esse viés é possível afirmar que ela é o esteio da sustentabilidade das redes sociais.

2 ENTENDENDO A SUSTENTABILIDADE

Se o homem é o centro das dinâmicas do espaço que habita, considerando sua função de protagonista e sabendo do interesse em suprir suas necessidades, passa ser relevante entender o processo pelo qual se dá o desenvolvimento sustentável do território em sentido de local. Sempre que se fala em sustentabilidade o que vem a mente de imediato é a proteção ecológica do meio ambiente. Assim determina o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Eis que constitucionalmente as necessidades que integram a dimensão humana encontram um limite determinado pela Carta Magna, a sustentabilidade do desenvolvimento e do atendimento às necessidades humanas. O meio ambiente entendido como bem limitado deve ser usado priorizando sua proteção, a fim de que as futuras gerações possam dele desfrutar.

Tal acepção de sustentabilidade encontra sua origem no relatório de Brundtland lançado em 1987, o qual definia desenvolvimento

sustentável como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras” (CAVALCANTE, 1998). Prado (2009, p. 63) enfatiza que a luta pela preservação do meio ambiente, como “patrimônio comum e ecológico [...] se converteu em um novo humanismo” tamanha a preocupação com a preservação da vida e acrescenta:

O desenvolvimento industrial, o progresso tecnológico, a urbanização desenfreada, a explosão demográfica e a sociedade de consumo, entre outros fatores, têm tornado atual e dramático o problema da limitação dos recursos do nosso planeta e da degradação do ambiente natural – fonte primária de vida. (PRADO, 2009, p. 63).

O desenvolvimento visto como sinônimo de progresso econômico é transformado pela nova percepção da realidade mundial que passa a ser visto sob a ótica da sustentabilidade que deve harmonizar, segundo Sachs (1980 *apud* CAVALCANTE, 1998, p. 62), “eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica”. A sinergia desses três elementos contempla a ideia de desenvolvimento preconizado na teoria de Elizalde (2000) quando apresenta as “necessidades humanas fundamentais e uma concepção de desenvolvimento” em que discute a importância de romper com a analogia que se faz de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico, visto que, por mais que a humanidade tenha evoluído na dinâmica da sustentabilidade ainda se vê bombardeada pela irracionalidade econômica.

No sentido retro referido Elizalde (2000) entende o desenvolvimento sob o prisma de um sistema de necessidades fundamentais dividido em três subsistemas: **necessidades**, **satisfatores** e **bens**. As necessidades são intrínsecas, subjetivas, pertencem ao plano pessoal do ser humano e que por serem fundamentais não podem ser modificadas. Na há como o homem não se alimentar. As necessidades humanas fundamentais são as mesmas por toda a história e transcendem culturas por ser inerente à própria natureza humana. Para Elizalde (2000, p. 52) os *satisfatores* são os instrumentos pelos quais são alcançadas as necessidades. São expressos pela história e pela cultura de cada povo e demonstram a melhor forma de alcançar os desejos humanos, e acrescenta:

Sem dúvida enquanto formas de fazer as coisas, os *satisfactores* por uma parte são imateriais e por outra parte constituem a interface entre o que é a exterioridade e a interioridade, entre os bens e as necessidades fundamentais. (ELIZALDE, 2000, p. 52).

Em outras palavras Elizalde (2000) apresenta o subsistema dos *satisfactores* como o intercâmbio cultural entre as necessidades fundamentais e os bens que as suprem. São intermediadores culturais que satisfazem as necessidades fundamentais, mas a máquina dos bens de consumo os descaracteriza em seu benefício. Ao retratar seu terceiro subsistema, o dos bens, Elizalde (2000) os descreve como elementos fundamentais da cultura afirmando que são absolutamente compostos de matéria. Logo, se os bens usados para saciar as necessidades fundamentais são materiais, em algum momento deixarão de ser usados e se transformarão por consequência em lixo. Esse lixo sem destino causa degradação ambiental.

No contexto aqui em referência, duas questões se apresentam: se algo foi substituído, foi necessário usar matéria prima para isso, matéria essa que vem do meio ambiente e o material descartado volta para o meio como lixo, dessa forma o meio ambiente é agredido duplamente. Não bastasse, toda orientação mercadológica visa impulsionar o consumo desenfreado sem a preocupação com a real utilidade ou necessidade do bem promocional oferecido. Em um processo em cadeia atinge a formação das crianças que crescem já com a ideia consumista marcada em sua existência (ELIZALDE, 2000).

O processo econômico de crescimento tem deixado de lado a satisfação de necessidades importantes do ser humano. Quanto mais tecnologia invade os lares, menor é a observação e cuidado que se dá a valores necessários à manutenção de uma sociedade sustentável. Virtudes como fraternidade, solidariedade e até mesmo um simples diálogo deixam de existir em função de programas de televisão ou jogos de computador, internet. O ser humano passa cada dia a ser mais individualista e com isso os problemas sociais ficam relegados ao acaso. A corrupção invade o sistema público, mas ninguém se levanta contra tais ataques, a população parece hipnotizada e sem ação.

É difícil desejar desenvolvimento sustentável se a educação não tem papel central na formação do ser humano. No Brasil em 1998

entrou em vigor a Lei n. 9.605 que disciplina os crimes contra o meio ambiente. A referida lei surgiu da necessidade de regulamentar o Art. 225 da Constituição Federal, contudo, não houve preparação para a educação da população a fim de conscientizá-la da necessária proteção ao meio ambiente antes de punir aquele que infrinja a lei. O modelo usado foi o do medo, medo da sanção imposta a quem descumprir a lei e não da necessidade de preservar o planeta. Seria possível aqui se questionar o propósito de se relacionar dimensão humana com preservação do meio ambiente e sustentabilidade de redes sociais.

A verdade está no fato que o desenvolvimento sustentável do meio ambiente mantém ligação direta com a sustentabilidade de todas as relações humanas sociais. Quando uma determinada comunidade passa a discutir seus caminhos e busca se desenvolver passará necessariamente pela análise de instrumentos que a tornem capazes de construir relações que possuam bases firmes para defender seus fatores culturais.

A sustentabilidade do desenvolvimento é levada a efeito com planejamento como forma de ação organizada e consciente que conduza a caminhos alternativos, para que a cultura de uma determinada comunidade possa se desenvolver desprendida de fatores meramente econômicos ou que afrontem os bens jurídicos difusos e mesmo assim atinja seu objetivo de ser dinâmica e evolutiva (TRENNEPOHL, 2007). O planejamento que dá ênfase à sustentabilidade de qualquer projeto requer que deve seja estabelecido o quê, quando e como se fará a atividade que produzirá efeitos na comunidade objeto do desenvolvimento (TRENNEPOHL, 2007).

A atitude acima indicada é complexa e dinâmica para o que devem ser analisadas todas as variáveis e os impactos que as ações podem causar no meio no qual serão inseridas. “Trata-se de um processo político que envolve escolhas e a definição de ações cujos resultados afetam a vida das pessoas” (TRENNEPOHL, 2007) e, portanto, devem ser pensadas em prol do grupo como um todo, atento às necessidades particulares e coletivas, com escuta e observação para que se dê sustentabilidade à ação planejada. Para tanto pensar em sustentabilidade é pensar em responsabilidade já que essa é o fator motriz do desen-

volvimento seguro de uma empresa ou comunidade. Isso nas palavras de Barquero (2009) implica:

Duas questões, portanto, condicionam os resultados das ações e potencial de desenvolvimento existente em cada território e a capacidade de organização dos atores locais. A partir desta perspectiva, todas as localidades e territórios dispõem de um conjunto de recursos, que constituem seu potencial de desenvolvimento, tanto no caso das áreas rurais, como os Cuchumatanes, na Guatemala, como nos das cidades dinâmicas como Rosario, na Argentina. Em nível de cada localidade, país ou território se detecta, por exemplo, a dotação de uma determinada estrutura produtiva, mercado de trabalho, conhecimentos técnicos, capacidade empresarial, recursos naturais, estrutura social e política, ou tradição e cultura, sobre os que necessariamente se articulam nas iniciativas locais.

A sustentabilidade de um empreendimento está ligada à participação e solidariedade de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, com a valorização de suas potencialidades visando a satisfação de suas necessidades. Sem a ação endógena dos participantes o processo não terá sustentabilidade de longo prazo e pode resultar na morte do projeto, pois, pensado e construído verticalmente (MELO NETO; FROES, 2002).

Quando planejada uma ação que atenda a sustentabilidade, impõe-se a necessária cooperação e ajuda mútua daqueles que aspiram um mundo coletivamente melhor, mais justo e pacífico (MASSA *apud* SANTOS, 2005) sem que ocorra a preponderância de competição entre os agentes envolvidos. Todos trabalham em prol do projeto para que ao final todos recebam os frutos do trabalho coletivo (MELO NETO; FROES, 2002).

Do ponto de vista do Desenvolvimento Local deve imperar a ação coletiva que não aguarda do poder público a solução de todos seus problemas. É comum na sociedade brasileira esperar que o Estado resolva os problemas sociais e proporcione os benefícios que a comunidade aspira. O sentimento de pertença deve ser fator expoente no desenvolvimento e para isso não é possível cruzar os braços e aguardar que agentes externos busquem soluções para problemas internos. Por exemplo, se há violência em um determinado bairro, esperar que o Estado resolva é ficar a mercê do invasor, ao contrário disso a comu-

nidade pode criar meios de autoproteção que impeçam ou dificultem a ação dos infratores, sem que com tais ações infrinjam a lei.

Como se vê a ideia de sustentabilidade não envolve exclusivamente questões ambientais, mesmo que tenha na proteção ao meio ambiente seu propósito inicial. Vai muito além, está impregnada na natureza das relações humanas que se articulam para garantir o equilíbrio entre padrões de consumo, progresso técnico e distribuição de renda; elementos esses que devem ser vividos, implementados e praticados de forma mais racional, democrática e solidária (CAVALCANTE, 1998). A sustentabilidade exige preocupação contínua com a forma e modelo de desenvolvimento humano e social, a fim de garantir a continuidade da atividade realizada, seja viver simplesmente ou se desenvolver para viver melhor.

Retomando o Sistema Operacional Debian já analisado acima, em um contexto de sustentabilidade diversa da ambiental, percebe-se que seu processo de planejamento é realizado no espírito de solidariedade e democratização de tecnologia livre, visando atender as necessidades de seus usuários. Para manter a evolução do sistema e atender as necessidades pessoais dos usuários o sistema deixa disponível seu código de fonte sendo desenvolvido de forma modular, isso permite sustentabilidade pelo fato de que qualquer um com habilidades particulares pode incrementar determinada área (MURDOCK, 1994).

Ao agir de tal forma a distribuição do sistema GNU/Linux pelo Debian permite atingir gratuitamente as necessidades de cada usuário e não como ocorre nos sistemas mercantilizados de informática que sendo fechado, o usuário somente utiliza o que o programa possibilita, ou seja, as necessidades de seu construtor (MURDOCK, 1994).

Como inúmeras pessoas passam a ser atores do processo de criação⁴ de acordo com suas necessidades, o surgimento de ideias úteis podem ser dadas melhorando cada vez mais o sistema operacional. É a solidariedade desarticulando até mesmo aqueles que desejam se apropriar ou angariar lucros com o sistema Linux, democratizando o sistema de informação do mundo.

⁴ 1.500 voluntários ao redor do mundo de acordo com o *site* <http://wiki.debianbrasil.org/Debian>, acessado em 14/05/2011.

3 ENTENDENDO AS REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DL

A terminologia **redes sociais** vem sendo usada pelas mais variadas áreas das ciências, bem como no dia-a-dia da sociedade. Segundo Santos (2009, p. 261) “A polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode, por isso, prestar-se às imprecisões e ambigüidades, quando o termo é usado para definir situações”. Nesse sentido as redes podem ser entendidas como uma abstração. As redes são sistemas criados pelo homem, deixando aos sistemas naturais o nome de circuito. As redes oriundas da realidade material ou como dado social, são valorizados pela ação humana (DOLLFUS, 1971, p. 59 *apud* SANTOS 2009, p. 262).

O homem em sua natureza histórica e cultural constrói constantemente redes sociais para sobreviver. Se a ação humana define o que é uma rede social observa-se que Elizalde (2000) ao enumerar as necessidades humanas fundamentais cita dentre elas a necessidade de proteção e afeto. Portanto, a primeira e mais natural delas é a família, grupo social primário que *a priori* proporciona aos seus laços de cuidado, amor, fraternidade, solidariedade, bem como a subsistência básica necessária a sua manutenção.

A dimensão humana pode ser considerada como um dos pontos de partida para a existência das redes sociais, sendo possível conceber que o agente tem na família a primeira rede social a qual pertence. Contudo, é importante frisar que uma rede social é construída pela identidade de objetivos dos entes que a constituem e assim o conceito de família será para rede social tão amplo quanto forem os objetivos que identificam os sujeitos que a constituem (SANTOS, 2009).

Considerar a família como um tipo de rede social é conceber a ideia de porosidade, abertura e ausência de poder patriarcal, visto que, em sua concepção reside a ideia de inexistência de hierarquização, logo, tal manifestação deve ser vista com cautela, pois, se a identidade de objetivos vier a desaparecer, a família como rede social igualmente se desconstitui ou sofrerá mutações (TOMAÉL; ALCARÁ; CHIARA, 2005). Para Marteleto e Silva (2004, p. 42) “A idéia básica de uma rede é simples: um conjunto de atores [...] entre os quais existem vínculos (ou relações). Pode haver muitos ou poucos atores e pode existir uma ou mais classes de relações entre eles”.

Por sua vez Castells (1999, p. 498), busca definir redes sociais como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas”. Esse conceito amplo dado por Castells (1999) representa todo e qualquer tipo de forma organizacional, contínua ou não, em que existam sujeitos com um objetivo comum permitido pela lei em um primeiro olhar ou até mesmo, sendo possível imaginar redes sociais para fins criminais que afrontem a ordem e bens jurídicos constituídos.

Não é incomum no sistema penitenciário atual encontrar organizações criminosas interligadas para atividades ilícitas. Estaria aí inserida uma necessidade humana de proteção alcançada pela pertença ao grupo criminoso “como qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano” (SANTOS, 2009). Evidente que tal exemplo se afasta da contextualização das virtudes do Desenvolvimento Local.

Partindo do conceito de nó dado por Castells (1999) e da concepção de relações apresentada por Marteleto e Silva (2004) acrescido das necessidades humanas apontadas por Elizalde (2000) é possível imaginar que as redes sociais estão inseridas em todas as searas da vida, desde ligações formais até as informais, como as relações de amizade ou compromisso no trabalho e na educação se observados os vínculos entre professores ou entre esses e seus alunos e entre os próprios alunos sem a participação dos professores. Nesse sentido Tomaél, Alcará e Chiara (2005, p. 94) afirmam que:

Redes sempre pressupõem agrupamentos, são fenômenos coletivos, sua dinâmica implica relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores. Possibilitam diversos tipos de relações – de trabalho, de estudo, de amizade, entre outras –, apesar de quase sempre passarem despercebidas.

Aprofundando nessa ideiação é possível afirmar que as pessoas integram em suas vidas grupos diferentes que não necessariamente possuem os mesmos integrantes. Por meio das necessidades humanas, as redes sociais diversas podem se entrelaçar e indivíduos que não mantinham contato direto podem sem perceber, integrarem uma grande rede social formada pelo aglutinar de pequenos grupos. Serve como exemplo hipotético se uma pessoa convidar para seu aniversá-

rio os amigos de futebol e amigos do grupo de casais de sua igreja, cuja comemoração seria num mesmo local. Então, vê-se que grupos diversos que por um determinado tempo integraram uma mesma rede social unida por um elemento de ligação, o aniversariante. Desse exemplo se torna perceptível a temporalidade de uma rede social, que pode existir por longo tempo ou ter uma breve duração e assim mesmo ser considerada uma rede, pois, foi constituída por um objetivo comum.

Nos dias atuais vê-se que o modo como ocorrem as relações interpessoais está alterado. Antes, se configuravam pela proximidade das relações primárias e de vizinhança. Nas cidades havia o costume de sentar-se ao final do dia, nas varandas e nas calçadas. Na zona rural isso também acontecia, quando os “causos” e histórias do passado sustentavam as conversas que entravam pelas noites. Na atualidade o ser humano estabeleceu outros tipos de redes e desse modo a essencialidade social implica na busca de conexões diferenciadas. Isso implica envolvimento com grupos diversos. Nesse sentido Capra (2002, p. 267) salienta que:

Vimos, em particular, que na Era da Informação - na qual vivemos - as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes. Quer se trate das grandes empresas, do mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONGs globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenômeno social importante e uma fonte crítica de poder.

Dessa miscigenação de redes sociais que se manifestam em todo globo terrestre (SANTOS, 2009), principalmente pelo acesso rápido à informação proporcionada pela internet, surge o interesse do Desenvolvimento Local, em aproveitar o potencial existente, nas mais diversas redes que se interligam para, a partir das necessidades, interesses e sustentabilidade do local, melhorar a qualidade de vida.

É visível que as redes sociais em escala global estão ligadas à ideia de poder econômico e de informação que se traduz igualmente em valorização financeira, “graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado” (SANTOS, 2009, p. 269), como fator de maior produção de ideias que propiciem a circulação da informação em ritmo de competitividade. Nesse sentido afasta-se o sentido de rede social física, para a concepção de rede social virtual,

veículo para a proliferação do consumismo, fator inerente à “ascensão do capitalismo global” (CAPRA, 2002, p. 268).

A criação de tecnologias cada vez mais agressivas já era visto por Capra (2000) como o fenômeno que teria por base as redes sociais para a expansão do capitalismo e que afetaria o modo de vida do ser humano em todo o planeta. A rede de informações que em período anterior levaria anos para disseminar uma ideia, ou introduzir no cotidiano das pessoas determinado bem de consumo, na atualidade leva poucos dias para atingir seu desiderato. Basta que um produto seja lançado na internet, com boa publicidade, que já passa a ser objeto de desejo de milhares de pessoas em todo o mundo.

O aumento do consumo desenfreado gera maior quantidade de lixo, principalmente pelos países mais ricos (ELIZALDE, 2000), atingindo de forma direta a sustentabilidade ecológica de todo o planeta. Nesse viés a rede meramente virtual, sem base territorial apresenta menor interesse para o Desenvolvimento Local. Na era da globalização, olhando para a velocidade do crescimento tecnológico vê-se que o Desenvolvimento Local representa uma possibilidade de luta contra a homogeneização do mundo e centralização da técnica. Nesse contexto, Santos (2009, p. 277) afirma que “a primeira característica da rede é ser virtual”, mas somente terá importância real se for manifestada pela ação da rede física, ou seja, a técnica deve ser absorvida pelas necessidades do local e implementada pelas redes sociais reais.

As facilidades criadas pelas redes virtuais de acesso à informação sem transmissão de tecnologia podem mudar seu fluxo visto que não são dogmas, cabe então às redes sociais locais mudarem sua função para protagonistas do meio e não meros espectadores que consomem tecnologia. “[...] as mesmas redes eletrônicas nas quais correm os fluxos financeiros e de informação podem ser programadas de acordo com outros valores. A questão principal não é a tecnologia, mas a política” (CAPRA, 2002, p. 268). Quando a tecnologia não é compartilhada, sendo disponível apenas seu produto para consumo, não há sustentabilidade para a rede social atingida. No momento em que o fornecedor deixar de produzir, toda uma rede social poderá desaparecer. Do contrário, se há o compartilhamento da técnica, há por consequência sustentabilidade do meio que além de dar continuidade

ao uso da tecnologia poderá adequá-la aos seus interesses, quer ambiental ou não (CAPRA, 2002).

Ao encontro dessa ideia de compartilhamento é que se retoma o tema do *software* livre, o sistema operacional LINUX. Com o advento da internet e da velocidade de comunicação, a possibilidade de dispor de tecnologia que pode ser adequada às necessidades do usuário, cria no local uma séria de oportunidades que determinada rede física pode aproveitar a seus integrantes, inclusive com a facilidade da língua falada e escrita, sem as dificuldades estabelecidas pelo provedor da tecnologia e seu idioma (HERNÁNDEZ, 2003).

Com a garantia do código de fonte livre as mais diversas Instituições podem investir no desenvolvimento de tecnologia própria, sem o receio de que suas invenções sejam alvo do monopólio global e assim proporcionarem as redes sociais que utilizem de suas próprias potencialidades somadas ao conhecimento de milhares de programadores e usuários pelo mundo todo (HERNÁNDEZ, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentando o propósito de descobrir a relevância entre a dimensão humana e sustentabilidade em redes sociais como meio para o desenvolvimento local, foi realizada uma análise temática que pode evidenciar o entrelaçamento que os assuntos guardam entre si quando se trata de desenvolvimento local. Em um mundo cada vez mais globalizado, em que o ser humano vem sendo colocado à margem do processo, como mero espectador, surge a necessidade de trilhar o caminho inverso.

O ser humano deve ser o centro do desenvolvimento e como não sobrevive só, mas ligado pelas sociais, as conquistas obtidas por meio delas somente irão perdurar garantindo-se continuidade pela sustentabilidade, com transferência de tecnologia suficientemente livre para ser incrementada de acordo com as necessidades do local, que fomentará segundo suas potencialidades, o que melhor aprover.

Vê-se que as experiências do *software* LINUX e o Sistema Debian que estão fazendo frente à homogeneização de tecnologia das grandes empresas mundiais, para permitir que diante da liberdade de criação o

local, a partir de seus agentes possa ter a liberdade de construir bens que atendam suas necessidades, sem que se torne refém do mercantilismo ora implementado.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emerson. *A história do Linux*, 30/6/2003. Atualizado em 12/9/2004. Disponível em: <<http://www.infowester.com/linux5.php>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. *Universitas Forum*, v. 1, n. 2, May 2009.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Enoque Gomes. *Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

DALLABRIDA, Roque Valdir; SIEDENBERG, Dieter Rugart; FERNANDEZ, Vítor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 2, p. 33-62, jul./dez. 2004.

ELIAS, D. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona, v. VI, n. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

HERNÁNDEZ, Jordi Masi. El Software Libre y las lenguas minoritarias: una oportunidad impagable. *Digithum*, Barcelona, n. 005, abril 2003.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Ribeiro; coordenação Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MASSA, Adriana Accioly; NOVAK, Amanda Sawaya; SOUZA, Raquel Pusch de. Responsabilidade social: um caminho para a sustentabilidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURÃO, Pedro Jorge Chaves. Manguê Sociológico: Qual a diferença entre Durkheim, Karl Marx e Max Weber? 2010. Disponível em: <<http://manguevirtual.blogspot.com/2010/09/qual-diferenca-entre-durkheim-karl-marx.html>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

MURDOCK, A. *Uma breve história do Debian*. Tradução de Michele Ribeiro. Revisado em 1994. Disponível em: <<http://www.debian.org/doc/manuals/project-history/ap-manifesto.pt.html>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal do ambiente*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Milton. *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 5. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; CHIARA, Ivone Guerreiro Di. Das redes sociais a inovação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

TRENNEPOHL, Dilson *et al.* Desenvolvimento e cultura: relações de sinergias e conflitos. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano/v. 5, n. 009, p. 147-61. Jan.-jun. 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Manual de direito penal brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

